

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Termo de Referência 256/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
256/2026	112408-HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	RENATO ROSA MORAIS	27/05/2026 12:16 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60550.011129/2026-96

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME

1.1.1. Aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME, destinados à Seção de Cirurgia Vascular do Hospital das Forças Armadas – HFA, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

1.1.2. Os materiais objeto da presente contratação possuem natureza de uso individual, estéril e descartável, sendo vedado o fornecimento dos insumos em regime de comodato, admitindo-se exclusivamente a disponibilização acessória de equipamentos indispensáveis à sua aplicação, nos casos expressamente previstos neste Termo de Referência.

1.1.3. Determinados itens demandam a utilização de equipamentos específicos para sua adequada aplicação clínica, razão pela qual serão adotados modelos distintos de disponibilização acessória, conforme a natureza operacional de cada item.

1.1.4. Para os itens 23 e 27, a empresa vencedora deverá disponibilizar os equipamentos indispensáveis à execução dos procedimentos em regime de comodato por procedimento, de natureza gratuita, temporária e estritamente vinculada ao ato assistencial, sem ônus adicional para a Administração.

1.1.5. A disponibilização de equipamentos, em qualquer das hipóteses previstas neste item, possui caráter exclusivamente acessório, instrumental e subordinado ao fornecimento dos insumos, não constituindo objeto principal da contratação, nem configurando locação, cessão onerosa ou prestação de serviço continuado.

1.1.6. Os detalhamentos técnicos, operacionais e jurídicos relativos ao apoio técnico especializado e ao comodato por procedimento encontram-se descritos no item 4 deste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIPTIVO DO CATMAT	DESCRIPTIVO COMPLEMENTAR /OBSERVAÇÕES	UND	CÓDIGO CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
			ENDOPRÓTESE PARA CARÓTIDA MONORAIL CONSTITUÍDA POR UM STENT AUTOEXPANSÍVEL COM DESIGN DE CÉLULA FECHADA COMPOSTO POR FIOS DE MONOFILAMENTO DE UMA LIGA DE DTF (DRAWN FILLED TUBING) BIOMÉDICA, ENTRANÇADOS NUMA					

Grupo 1	01	<p>ENDOPRÓTESE VASCULAR PERIFÉRICA</p> <p>MODELO: CARÓTIDA, CÔNICO</p> <p>TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO</p> <p>MATERIAL</p> <p>PLATAFORMA: LIGA METÁLICA</p> <p>DIÂMETRO: CERCA DE 5 A 10 X 20 A 40 MM</p> <p>SISTEMA ENTREGA: AUTO EXPANSÍVEL</p> <p>ESTERILIDADE: ESTÉRIL</p>	<p>CONFIGURAÇÃO TUBULAR. OS FIOS SÃO FABRICADOS NUMA LIGA COM CLASSIFICAÇÃO BIOMÉDICA DE COBALTOCRÔMO-FERRO-NÍQUELMOLIBDÊNIO (CONHECIDA NORMALMENTE COMO ELGILOY® OU CONICHROME) E CONTÊM UM NÚCLEO DE TÂNTALO RADIOPACO. O DISPOSITIVO É COMPOSTO PELO STENT E O SISTEMA INTRODUTOR DE STENT. O SISTEMA INTRODUTOR MONORAIL É CONSTITUÍDO POR DOIS CORPOS COAXIAIS E ESTÁ PREPARADO PARA RECEBER UM FIO-GUIA DE 0,014 IN (0,36 MM), O QUAL SAI DO LÚMEN INTERNO ATRAVÉS DOS DOIS ORIFÍCIOS DO FIO-GUIA. A ENDOPRÓTESE PARA A CARÓTIDA É PRÉ-CARREGADA NO TRANSPORTADOR DE STENT, QUE POSSUI DOIS MARCADORES RADIOPACOS NO CORPO INTERNO E UM MARCADOR RADIOPACO NA BAINHA EXTERNA RETRÁTIL DESTINAM-SE A FACILITAR A COLOCAÇÃO DO STENT. O SISTEMA PERMITE QUE UMA ENDOPRÓTESE PARCIALMENTE DESDOBRADA (ATÉ CERCA DE 50%) POSSA SER REAPRISIONADA E REPOSICIONADA, SE NECESSÁRIO, USANDO O MARCADOR DE LIMITE NO TUBO PROXIMAL DE AÇO INOXIDÁVEL. O STENT ESTÁ DISPONÍVEL EM TRÊS DIÂMETROS DESOBSTRUÍDOS (6 MM, 8 MM E 10 MM). EXISTE UM COMPRIMENTO PARA O STENT DE 6 MM (22MM, DESOBSTRUÍDO) E TRÊS COMPRIMENTOS PARA O STENT DE 8 MM (21, 29 E 36 MM, DESOBSTRUÍDO) E O STENT DE 10 MM (24, 31 E 37 MM, DESOBSTRUÍDO). COMPATIBILIDADE COM CATETER-GUIA 7 E 8F. DISPONÍVEL NAS MEDIDAS DE 6X22 A 10X37.</p>	UND	476903	10	3.587,15	35.871,50
		<p>CATETER BALÃO P/ ANGIOPLASTIA PERIFÉRICA</p>	<p>CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA TRANSLUMINAL PERCUTÂNEA (ATP), COMPATÍVEL COM FIO-GUIA DE 0,018 E 0.014, SISTEMA MONORAIL (TROCA RÁPIDA), INDICADO PARA DILATAÇÃO DE ESTENOSES EM VASOS</p>					

02	<p>MATERIAL: SEMI COMPLACENTE</p> <p>DIÂMETRO BALÃO: CERCA DE 3,5 ATÉ 6 MM</p> <p>COMPRIMENTO BALÃO: CERCA DE 26 A 50 MM</p> <p>MARCADOR: RADIOPACO</p> <p>COMPRIMENTO CATETER: ACIMA DE 101 CM</p> <p>COMPATIBILIDADE: P/ FIO GUIA CERCA DE 0,014?</p> <p>ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO</p>	<p>PERIFÉRICOS, INCLUINDO ARTÉRIA CARÓTIDA. POSSUI BALÃO SEMI-COMPLACENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, FIXADO NA EXTREMIDADE DISTAL, COM DIÂMETROS VARIANDO ENTRE 2 MM E 10 MM, E COMPRIMENTOS DE BALÃO DE 10 MM A 220 MM. OS COMPRIMENTOS DE HASTE DEVEM ESTAR DISPONÍVEIS ENTRE 40 CM E 150 CM. DEVE APRESENTAR PERFIL DE ENTRADA MÁXIMO DE 0,020", GARANTINDO EXCELENTE CRUZAMENTO EM LESÕES COMPLEXAS. PRODUTO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM REGISTRO ATIVO NA ANVISA. DEVE SER FORNECIDO COM DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E INSTRUÇÕES DE USO.</p>	UND	606684	10	788,33	7.883,30
03	<p>CATETER P/ INTERVENÇÃO</p> <p>TIPO DE CATETER: GUIA P/ CAPTURA ÊMBOLOS, FILTRO DE PROTEÇÃO,</p> <p>TIPO USO: PROTEÇÃO DISTAL;</p> <p>TIPO PONTA: PONTA FLEXÍVEL;</p> <p>CALIBRE INTERNO: COMPATÍVEL C/ GUIA 0,014";</p> <p>COMPRIMENTO: 300 CM</p> <p>COMPONENTE: FILTRO DISTAL C/ PTFE DE 3,5 A 5,5 MM;</p> <p>CARACTERÍSTICA ADICIONAL: BAINHA INTRODUTORA 6FR, SISTEMA TROCA RÁPIDA APLICAÇÃO: ANGIOPLASTIA CAROTÍDEA;</p> <p>COMPONENTES ADICIONAIS: C/ CATETER EXTRATOR;</p> <p>ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.</p>	<p>APLICAÇÃO: SISTEMA DE FILTRAGEM DE FIO GUIA DE 0,014 IN (0,36 MM) INTRAVASCULAR TEMPORÁRIO, COLOCADO DISTALMENTE À LESÃO ALVO A SER TRATADA ATRAVÉS DE PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO. O SISTEMA É COMPOSTO POR UM FIO DE PROTEÇÃO, UMA BAINHA INTRODUTORA EZ, UMA BAINHA DE EXTRAÇÃO EZ E ACESSÓRIOS. QUANDO DESDOBRADO, O SACO DO FILTRO DO FIO DE PROTEÇÃO DESTINA-SE A CONTER E A REMOVER O MATERIAL EMBÓLICO QUE POSSA SER LIBERTADO DURANTE O PROCEDIMENTO DE INTERVENÇÃO. O FIO DE PROTEÇÃO É UTILIZADO COMO UM FIO GUIA ORIENTÁVEL PADRÃO DE 0,014 IN (0,36 MM).</p>	UND	418422	10	5.000,00	50.000,00

-	4	INTRODUTOR PERCUTÂNEO TIPO: ARTERIAL COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR COMPONENTE 2: ARAMADA E EXTENSÃO C/ TORNEIRA MATERIAL: POLÍMERO DIMENSÕES: CERCA DE 7 FR X 90 CM COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA RETA DIÂMETRO FIO GUIA: 0,038" COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	INTRODUTOR PERCUTÂNEO, TIPO: ARTERIAL, COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C, SAÍDA LATERAL, DILATADOR, COMPONENTE 2: ARAMADA E EXTENSÃO C, TORNEIRA, MATERIAL: POLÍMERO, DIMENSÕES: CERCA DE 6 FR X 90 CM, COMPONENTE 3: C, FIO GUIA PONTA RETA, DIÂMETRO FIO GUIA: 0,038", COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM, ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO	UND	453749	10	1.996,64	19.966,40
-	5	INTRODUTOR PERCUTÂNEO TIPO: ARTERIAL /VENOSO COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR COMPONENTE 2: EXTENSÃO C/ TORNEIRA MULTIVIAS MATERIAL: POLÍMERO DIMENSÕES: CERCA DE 24 FR X 28 CM COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA RETA DIÂMETRO FIO GUIA: 0,035" COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR, COMPONENTE 2: EXTENSÃO C/ TORNEIRA MULTIVIAS, COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA RETA, COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM, DIMENSÕES: CERCA DE 24 FR X 28 CM, DIÂMETRO FIO GUIA: 0,035", ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO, MATERIAL: POLÍMERO, TIPO: ARTERIAL/VENOSO	UND	449326	10	3.292,01	32.920,10

-	6	INTRODUTOR PERCUTÂNEO TIPO: ARTERIAL COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR COMPONENTE 2: BIPARTIDA E EXTENSÃO C/ TORNEIRA MATERIAL: POLÍMERO HIDROFÍLICO DIMENSÕES: CERCA DE 8 FR X 20 CM COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA CURVA DIÂMETRO FIO GUIA: 0,032" COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO	COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR, COMPONENTE 2: BIPARTIDA E EXTENSÃO C/ TORNEIRA, COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA CURVA, COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM, DIMENSÕES: CERCA DE 8 FR X 20 CM, DIÂMETRO FIO GUIA: 0,032", ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO, MATERIAL: POLÍMERO HIDROFÍLICO, TIPO: ARTERIAL	UND	451172	10	768,48	7.684,80
-	7	ENDOPRÓTESE VASCULAR PERIFÉRICA MODELO: RENAL TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA DIÂMETRO: CERCA DE 6 X 10 A 60 MM SISTEMA ENTREGA: EXPANSÍVEL POR BALÃO ESTERILIDADE: ESTÉRIL.	DIÂMETRO: CERCA DE 6 X 10 A 60, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA, MODELO: RENAL, SISTEMA ENTREGA: EXPANSÍVEL POR BALÃO, TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO	UND	476912	05	5.633,33	28.166,65
-	8	ENDOPRÓTESE VASCULAR PERIFÉRICA MODELO: RENAL TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA	DIÂMETRO: CERCA DE 10 X 10 A 60, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA, MODELO: RENAL, SISTEMA	UND	476916	05	1.902,33	9.511,65

		DIÂMETRO: CERCA DE 10 X 10 A 60 MM SISTEMA ENTREGA: EXPANSÍVEL POR BALÃO ESTERILIDADE: ESTÉRIL.	ENTREGA: EXPANSÍVEL POR BALÃO, TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO					
-	9	ENDOPRÓTESE VASCULAR PERIFÉRICA TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA DIÂMETRO: CERCA DE 7 X 20 A 120 MM SISTEMA ENTREGA: AUTO EXPANSÍVEL ESTERILIDADE: ESTÉRIL.	DIÂMETRO: CERCA DE 7 X 20 A 120, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA, SISTEMA ENTREGA: AUTO EXPANSÍVEL, TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO	UND	476929	20	3.317,38	66.347,60
-	10	ENDOPRÓTESE VASCULAR PERIFÉRICA MODELO: VENOSO TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA DIÂMETRO: CERCA DE 14 X 40 A 150 MM SISTEMA ENTREGA: AUTO EXPANSÍVEL ESTERILIDADE: ESTÉRIL	DIÂMETRO: CERCA DE 14 X 40 A 150, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA, MODELO: VENOSO, SISTEMA ENTREGA: AUTO EXPANSÍVEL, TIPO: STENT NÃO FARMACOLÓGICO	UND	476918	05	18.110,00	90.550,00
-	11	CATETER P/ HEMODINÂMICA MATERIAL: POLÍMERO TIPO CURVA: RENAL - RDC DIMENSÕES: CERCA DE 5 FR X 80 CM ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	DIMENSÕES: CERCA DE 5 FR X 80, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, MATERIAL: POLÍMERO, TIPO CURVA: RENAL - RDC.	UND	472670	5	340,00	1.700,00

-	12	CATETER P/ HEMODINÂMICA MATERIAL: POLÍMERO TIPO CURVA: MULTIPURPOSE – MP1 DIMENSÕES: CERCA DE 7 FR X 100 CM ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	DIMENSÕES: CERCA DE 7 FR X 100, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, MATERIAL: POLÍMERO, TIPO CURVA: MULTIPURPOSE - MP1	UND	449948	10	643,87	6.438,70
	13	AGENTE EMBÓLICO TIPO: MICROESFERAS, COMPOSIÇÃO 1: À BASE HIDROGEL DE PVA, TAMANHO: 500 - 700 MICROM, FORMA FARMACÊUTICA: INJETÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APIROGÊNICO.		Conjunto	459056	10	4.750,00	47.500,00
-	14	PRÓTESE VASCULAR TIPO: ENXERTO COMPOSTO ORIGEM: INORGÂNICO MATÉRIA PRIMA: DACRON, POLIÉSTER COMPOSIÇÃO: IMPREGNADO C/ COLÁGENO BOVINO MODELO: BIFURCADO POROSIDADE: ALTA POROSIDADE DIÂMETRO: DIÂMETRO 18 X 9 MM COMPRIMENTO: 40 CM TIPO USO: USO ÚNICO, ESTÉRIL.	COMPOSIÇÃO: IMPREGNADO C/ COLÁGENO BOVINO, COMPRIMENTO: 40, DIÂMETRO: DIÂMETRO 18 X 9, MATÉRIA PRIMA: DACRON, POLIÉSTER, MODELO: BIFURCADO, ORIGEM: INORGÂNICO, POROSIDADE: ALTA POROSIDADE, TIPO: ENXERTO COMPOSTO, TIPO USO: USO ÚNICO, ESTÉRIL	UND	447221	05	3.362,25	16.811,25
			APLICAÇÃO: VASCULAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOPACO, COMPRIMENTO: CERCA DE 300, DIÂMETRO: 0,018",					

-	15	FIO GUIA APLICAÇÃO: VASCULAR MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL REVESTIMENTO: HIDROFÍLICO DIÂMETRO: 0,018" COMPRIMENTO: CERCA DE 300 CM TIPO PONTA: PONTA RETA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOPACO ESTERILIDADE: ESTÉRIL.	ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, REVESTIMENTO: HIDROFÍLICO, TIPO PONTA: PONTA RETA FIO GUIA COM REVESTIMENTO HIDROFÍLICO ICE, DISPONÍVEIS EM DIÂMETRO 0,018" (0,47 MM) E COMPRIMENTOS DE 150 OU 300 CM. O SEGMENTO DISTAL DO FIO GUIA CONTÉM UM FIO NÚCLEO QUE É ENVOLTO COM POLÍMERO RADIOPACO E REVESTIDO COM ICE HIDROFÍLICO. OS DOIS CENTÍMETROS DISTAIS DO FIO GUIA SÃO MOLDÁVEIS. A PORÇÃO PROXIMAL DO FIO GUIA É REVESTIDA POR PTFE (POLITETRAFLUORETILENO)	UND	452282	30	1.250,00	37.500,00
-	16	FIO GUIA APLICAÇÃO: VASCULAR MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL REVESTIMENTO: HIDROFÍLICO DIÂMETRO: 0,014" COMPRIMENTO: CERCA DE 300 CM TIPO PONTA: PONTA RETA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOPACO ESTERILIDADE: ESTÉRIL.	APLICAÇÃO: VASCULAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOPACO, COMPRIMENTO: CERCA DE 300, DIÂMETRO: 0,014", ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, REVESTIMENTO: HIDROFÍLICO, TIPO PONTA: PONTA RETA	UND	452259	30	649,67	19.490,10
-	17	CATETER P/ INTERVENÇÃO TIPO DE CATETER: GUIA TIPO MATERIAL: POLÍMERO ARAMADO TIPO PONTA: PONTA RETA, ATRAUMÁTICA CALIBRE EXTERNO: CERCA DE 7 FRENCH COMPRIMENTO: CERCA DE 100 CM	APLICAÇÃO: ANGIOGRÁFICO, CALIBRE EXTERNO: CERCA DE 7, COMPRIMENTO: CERCA DE 100, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, TIPO DE CATETER: GUIA, TIPO MATERIAL: POLÍMERO ARAMADO, TIPO PONTA: PONTA RETA, ATRAUMÁTICA	UND	481622	05	3.889,00	19.445,00

		APLICAÇÃO: ANGIOGRÁFICO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.						
-	18	CATETER BALÃO P/ ANGIOPLASTIA PERIFÉRICA MATERIAL: SEMI COMPLACENTE DIÂMETRO BALÃO: CERCA DE 3,5 ATÉ 6 MM COMPRIMENTO BALÃO: CERCA DE 26 A 50 MM MARCADOR: RADIOPACO COMPRIMENTO CATETER: ATÉ 100 CM COMPATIBILIDADE: P/ FIO GUIA CERCA DE 0,014?? ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	COMPATIBILIDADE: P/ FIO GUIA CERCA DE 0,014??, COMPRIMENTO BALÃO: CERCA DE 26 A 50, COMPRIMENTO CATETER: ATÉ 100, DIÂMETRO BALÃO: CERCA DE 3,5 ATÉ 6, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, MARCADOR: RADIOPACO, MATERIAL: SEMI COMPLACENTE	UND	606679	10	1.700,00	17.000,00
	19	CATETER BALÃO P/ ANGIOPLASTIA PERIFÉRICA MATERIAL: SEMI COMPLACENTE REVESTIMENTO: PACLITAXEL DIÂMETRO BALÃO: CERCA DE 1,5 ATÉ 4 MM COMPRIMENTO BALÃO: CERCA DE 101 A 150 MM MARCADOR: RADIOPACO COMPRIMENTO CATETER: ACIMA DE 101 CM COMPATIBILIDADE: P/ FIO GUIA CERCA DE 0,014?? ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	CATETER BALÃO FARMACOLÓGICO PERIFÉRICO INFRA-PATELAR, ELUIDOR DE PACLITAXEL, MODELO OTW , COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0,018 BALÃO DE ULTRA-BAIXO PERFIL, INDICADO PARA LESÕES EM ARTÉRIA ILÍACA E INFRAINGUINAL. DIÂMETROS: DE 2.0MM ATE 7.0 MM, TAMANHOS: DE 40MM A 200 MM DE COMPRIMENTO, CATETER DE ENTREGA COM 130CM DE COMPRIMENTO APROXIMADO, ESTÉRIL, EMBALAGEM COMPATÍVEL COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	UND	606749	10	7.655,55	76.555,50

-	20	CATETER BALÃO MATERIAL: POLIURETANO APLICAÇÃO: EXPANSOR DE ENDOPRÓTESE TIPO USO: USO ÚNICO COMPRIMENTO: 100 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPATÍVEL COM FIO GUIA DE 0,035" CALIBRE: 12 A 16 FRENCH DIÂMETRO BALÃO: 10 A 55 MM ESTERILIDADE: ESTÉRIL.	APLICAÇÃO: EXPANSOR DE ENDOPRÓTESE, CALIBRE: 12 A 16, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPATÍVEL COM FIO GUIA DE 0,035", COMPRIMENTO: 100, DIÂMETRO BALÃO: 10 A 55, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL: POLIURETANO, TIPO USO: USO ÚNICO	UND	421415	8	3.170,35	25.362,80
-	21	CATETER BALÃO MATERIAL: SILICONE APLICAÇÃO: ENDOPRÓTESE TORÁCICA TIPO: TRILOBULAR TIPO USO: DESCARTÁVEL COMPRIMENTO: CERCA DE 100 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOPACO CALIBRE: 18 FRENCH ACESSÓRIOS: COMPATÍVEL C/ GUIA 0,035" ESTERILIDADE: ESTÉRIL.	ACESSÓRIOS: COMPATÍVEL C/ GUIA 0,035", APLICAÇÃO: ENDOPRÓTESE TORÁCICA, CALIBRE: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOPACO, COMPRIMENTO: CERCA DE 100, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL: SILICONE, TIPO: TRILOBULAR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UND	457021	10	3.255,00	32.550,00
		MATERIAL ESPECIAL CARDIOVASCULAR APLICAÇÃO*: DISPOSITIVO P/ OCLUSÃO VASCULAR MATERIAL: FIOS DE SUTURA - POLIPROPILENO MONOFILAMENTO	APLICAÇÃO*: DISPOSITIVO P/ OCLUSÃO VASCULAR, APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO, COMPONENTE 1: BAINHA					

-	22	COMPONENTE 1: BAINHA INTRODUTORA, FIO GUIA APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	INTRODUTORA, FIO GUIA, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, MATERIAL: FIOS DE SUTURA - POLIPROPILENO MONOFILAMENTO	UND	446086	20	3.155,67	63.113,40
-	23	MATERIAL P/ TERAPIA PRESSÃO SUBATMOSFÉRICA - VÁCUO: TIPO: PEÇA ÚNICA TIPO CURATIVO: ESPONJA POLIURETANO TIPO PELÍCULA: PELÍCULA ADESIVA POLIURETANO DIMENSÃO 2: CERCA DE 15 X 30 CM COMPONENTE 1: TUBO CONECTOR COMPATIBILIDADE: COMPATIBILIDADE ESPECÍFICA TIPO USO: ESTÉRIL EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	COMPATIBILIDADE: COMPATIBILIDADE ESPECÍFICA, COMPONENTE 1: TUBO CONECTOR, DIMENSÃO 2: CERCA DE 15 X 30, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO: PEÇA ÚNICA, TIPO CURATIVO: ESPONJA POLIURETANO, TIPO PELÍCULA: PELÍCULA ADESIVA POLIURETANO, TIPO USO: ESTÉRIL Obs: O equipamento necessário para aplicação da terapia por pressão subatmosférica será disponibilizado pela empresa vencedora do certame, em regime de comodato, sem ônus adicional para a Administração, durante o período de fornecimento do material e conforme necessidade do serviço.	UND	484260	20	2.649,00	52.980,00
-	24	FLEBO EXTRATOR: COMPONENTE 1: C/ 2 FIOS GUIAS COMPRIMENTO FIO GUIA: CERCA DE 100 CM COMPONENTE 2: C/ PEÇA DE MÃO COMPONENTE 3: 9 OGIVAS / OGIVAS DE TAMANHOS DIVERSOS MATERIAL 1: AÇO INOXIDÁVEL ESTERILIDADE 1: ESTERILIZÁVEL.	COMPONENTE 1: C/ 2 FIOS GUIAS, COMPONENTE 2: C/ PEÇA DE MÃO, COMPONENTE 3: 9 OGIVAS / OLIVAS DE TAMANHOS DIVERSOS, COMPRIMENTO FIO GUIA: CERCA DE 100, ESTERILIDADE 1: ESTERILIZÁVEL, MATERIAL 1: AÇO INOXIDÁVEL	UND	485139	30	849,00	25.470,00

-	25	CATETER MULTIPOLAR TERAPÊUTICO MATERIAL: POLÍMERO RADIOPACO , MODELO: DECAPOLAR , TIPO CURVA: AJUSTÁVEL , DIÂMETRO CATETER: CERCA DE 6 FRENCH, COMPRIMENTO: CERCA DE 120 CM, ADICIONAIS: C/ MANOPLA , OPCIONAIS: SENSOR DE TEMPERATURA , ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO , COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL C/ GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA.		UND	459939	30	4.839,54	145.186,20
-	26	ENDOPRÓTESE VASCULAR PERIFÉRICA TIPO: STENT RECOBERTO ADICIONAL 1: C/ HEPARINA MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA DIÂMETRO: CERCA DE 5 X 20 A 120 MM SISTEMA ENTREGA: AUTO EXPANSÍVEL ESTERILIDADE: ESTÉRIL	ADICIONAL 1: C/ HEPARINA, DIÂMETRO: CERCA DE 5 X 20 A 120, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL PLATAFORMA: LIGA METÁLICA, SISTEMA ENTREGA: AUTO EXPANSÍVEL, TIPO: STENT RECOBERTO	UND	477030	2	13.000,47	26.000,94
-	27	FIBRA ÓPTICA - USO MÉDICO APLICAÇÃO: PONTA PLANA, TAMANHO: 600 MICRA	FIBRA ENDOLASER PARA ABLAÇÃO ENDOVENOSA DE VEIA SAFENA,COM OPÇÕES DE 400UM E 600UM, COMPATÍVEIS COM INTRODUTORES 4FR00UM) A INTRODUTOR 6F (600UM) COM GRADUAÇÃO DE 1.0 E 1.0CM, COM PONTA DISTAL DE LASER RADIAL. ESTÉRIL. USO ÚNICO. COM GERADOR COMPATÍVEL.	UND	438264	13	2.632,77	34.226,01

		DE DIÂMETRO, COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL C/ INTRODUTOR P/ CATETER.	Obs: Aquisição apenas das fibras ópticas descartáveis. Gerador de laser compatível com a fibras ópticas será disponibilizado pela empresa vencedora do certame, em regime de comodato, sem ônus adicional para a Administração, durante o período de fornecimento do material e conforme necessidade do serviço.					
VALOR TOTAL R\$								996.231,90

1.1.7. Estimativas de consumo individualizadas:

ÓRGÃO GERENCIADOR					
GRUPO	ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	Quantidade total
01	01	Unidade	2	5	10
	02	Unidade	2	5	10
	03	Unidade	2	5	10
AVULSO	04	Unidade	2	5	10
AVULSO	05	Unidade	2	5	10
AVULSO	06	Unidade	2	5	10
AVULSO	07	Unidade	1	3	5
AVULSO	08	Unidade	1	3	5
AVULSO	09	Unidade	2	10	20
AVULSO	10	Unidade	1	3	5
AVULSO	11	Unidade	2	5	5
AVULSO	12	Unidade	2	5	10
AVULSO	13	Conjunto	2	5	10
AVULSO	14	Unidade	1	3	5
AVULSO	15	Unidade	3	15	30
AVULSO	16	Unidade	3	15	30
AVULSO	17	Unidade	1	3	5
AVULSO	18	Unidade	2	5	10
AVULSO	19	Unidade	2	5	10
AVULSO	20	Unidade	2	5	8
AVULSO	21	Unidade	2	5	10
AVULSO	22	Unidade	2	10	20
AVULSO	23	Unidade	2	10	20
AVULSO	24	Unidade	3	15	30
AVULSO	25	Unidade	4	15	30
AVULSO	26	Unidade	1	2	2
AVULSO	27	Unidade	4	9	13

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os insumos hospitalares e/ou odontológicos cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mesmo que importados, considerando a obrigação prevista no art. 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e no Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

1.6. Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado pedido de revalidação sem que tenha havido publicação no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido protocolado até o primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade do registro, nos termos do art. 12, § 6º, da Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077 /2013.

1.7. O instrumento hábil que substitui o contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03.277.610/0001-25-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 1º/04/2025;

III) Id do item no PCA: 12;

VI) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 112408-10/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Considerando a natureza do objeto — aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), em sua maioria classificados como produtos para saúde de uso único — verifica-se que a contratação não gera impactos ambientais relevantes em sua fase de fornecimento. Todavia, identificam-se impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados à geração de resíduos decorrentes da utilização dos materiais e descarte das embalagens.

4.1.2. A presente análise observa o disposto no art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes do Decreto nº 7.746 /2012 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU), no que se refere à consideração dos impactos ambientais na fase de planejamento da contratação.

Impactos Ambientais Potenciais Identificados

4.1.3. Geração de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS): A utilização dos materiais implicará a geração de resíduos classificados como resíduos de serviços de saúde, nos termos da RDC ANVISA nº 222/2018 e da Resolução CONAMA nº 358/2005. Tais resíduos demandam manejo, segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada.

4.1.4. Resíduos de Embalagens: Os produtos são fornecidos em embalagens primárias e secundárias, podendo resultar em resíduos plásticos, papel/papelão e materiais mistos, configurando impacto ambiental negativo indireto relacionado ao volume de resíduos sólidos gerados.

4.1.5. Produtos de Uso Único: Grande parte das OPME caracteriza-se como produto médico-hospitalar de uso único, não sendo passível de reutilização, reprocessamento ou reciclagem, conforme RDC ANVISA nº 15/2012 e Nota Técnica ANVISA nº 001/2013, o que amplia a necessidade de destinação ambientalmente adequada após o uso.

Medidas Preventivas e Mitigadoras

4.1.6. Gerenciamento de Resíduos: Os resíduos gerados serão submetidos ao Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do órgão, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018, Resolução CONAMA nº 358/2005 e Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.1.7. Logística Reversa de Embalagens (quando aplicável): Sempre que tecnicamente viável e compatível com o mercado fornecedor, poderá ser observada a existência de sistemas de logística reversa, nos termos dos arts. 30 a 36 da Lei nº 12.305/2010. Na ausência de sistema estruturado para o setor específico, os resíduos seguirão o fluxo regular de gerenciamento institucional.

4.1.8. Minimização de Impactos Associados às Embalagens: Deverão ser priorizados, sempre que possível, embalagens com menor volume, materiais recicláveis e redução de excesso de acondicionamento, conforme diretrizes do Decreto nº 7.746/2012 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU).

Impactos Ambientais Positivos

4.1.9. Benefícios Assistenciais e Eficiência Clínica: A adequada disponibilização das OPME contribui para a redução de complicações cirúrgicas, diminuição de retrabalho clínico e otimização de recursos hospitalares, gerando impacto indireto positivo associado à eficiência assistencial e à racionalização de recursos públicos.

Conclusão Técnica

4.1.10. Os impactos ambientais identificados possuem caráter indireto e controlável, estando adequadamente mitigados pelos mecanismos institucionais de gerenciamento de resíduos e pelas normas sanitárias e ambientais vigentes.

4.1.11. A contratação mostra-se ambientalmente viável, não havendo óbices sob a ótica de sustentabilidade e gestão ambiental.

Coerência com os Requisitos da Contratação

4.1.12. O atendimento a tais requisitos visa assegurar a sustentabilidade, a conformidade sanitária e ambiental das aquisições hospitalares do Hospital das Forças Armadas – HFA, em consonância com a legislação vigente e com as boas práticas aplicáveis às contratações públicas sustentáveis.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Na presente contratação não há necessidade de indicação de marcas de referência.

4.3. Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1. Não há necessidade de vedação de marca.

4.4. Do fornecimento de equipamentos / suporte técnico associado aos materiais

4.4.1. Para os itens 23 e 27 será realizada apenas a aquisição dos insumos descartáveis, devendo o fornecedor disponibilizar, em regime de comodato, os equipamentos indispensáveis à execução do procedimento assistencial correspondente.

4.4.2. O comodato previsto no item anterior possuirá natureza:

I – gratuita;

II – temporária;

III – vinculada exclusivamente à realização do procedimento assistencial; e

IV – limitada ao período estritamente necessário à execução do ato cirúrgico.

4.4.3. O fornecimento dos equipamentos em regime de comodato não constitui objeto principal da contratação, possuindo caráter acessório e instrumental, nos termos dos artigos 579 a 585 do Código Civil.

4.4.4. Caberá ao fornecedor, no regime de comodato:

- I – disponibilizar os equipamentos em prazo compatível com o agendamento do procedimento;
- II – realizar instalação, testes e retirada após a conclusão do procedimento;
- III – assegurar manutenção preventiva e corretiva, quando aplicável;
- IV – substituir imediatamente o equipamento em caso de falha técnica; e
- V – fornecer todos os acessórios necessários ao adequado funcionamento.

4.4.5. Os equipamentos disponibilizados deverão:

- I – possuir registro válido na ANVISA, quando aplicável;
- II – ser compatíveis com os materiais fornecidos;
- III – atender às normas técnicas e padrões de segurança vigentes;
- IV – encontrar-se em perfeito estado de funcionamento; e
- V – observar padrões adequados de eficiência e segurança operacional.

4.4.6. Os equipamentos disponibilizados em regime de comodato serão operados exclusivamente pela equipe assistencial do HFA, cabendo ao fornecedor promover orientação técnica prévia e treinamento operacional, sem ônus adicional para a Administração.

4.4.7. As disposições relativas à disponibilização de equipamentos encontram-se em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, integrando o presente Termo de Referência como apêndice, preservando-se o caráter acessório e instrumental dessas obrigações.

4.4.8. As demais condições e detalhes técnicos relativos ao fornecimento dos equipamentos em regime de comodato encontram-se descritos no item 4.5 do Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente Termo de Referência como apêndice.

4.5. Da exigência de amostra

4.5.1. Não se aplica a presente contratação a exigência de apresentação de amostras, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Garantia da contratação

4.7.1. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8.1. Não será aplicada, na presente contratação, a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015.

4.8.2. A decisão fundamenta-se na análise técnica e administrativa constante do Estudo Técnico Preliminar, especialmente no histórico do Pregão nº 90019/2026, no qual diversos itens destinados exclusivamente à participação de ME/EPP resultaram fracassados ou desertos, comprometendo a efetividade da contratação, a continuidade assistencial e o interesse público.

4.8.3. Verificou-se, no certame anterior, insuficiência de fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP aptos a atender integralmente às exigências técnicas e operacionais relacionadas aos materiais médico-hospitalares e OPME necessários às atividades da Seção de Cirurgia Vascular do Hospital das Forças Armadas – HFA.

4.8.4. Embora tenha havido registro de propostas de fornecedores enquadrados como ME/EPP para determinados itens, inclusive os itens 4 e 13, a experiência administrativa verificada no Pregão nº 90019/2026 demonstrou que a mera existência formal de propostas não se revelou suficiente para assegurar competitividade efetiva, adjudicação regular, fornecimento contínuo e plena execução contratual em condições vantajosas para a Administração.

4.8.5. Considerando a natureza essencial dos materiais objeto da contratação, destinados à realização de procedimentos cirúrgicos e atendimentos especializados, eventual fracasso, desclassificação, desistência, inviabilidade técnica ou interrupção do fornecimento representa risco direto à continuidade da assistência hospitalar e à segurança dos pacientes atendidos pela instituição.

4.8.6. A medida encontra respaldo no art. 10, incisos I e II, do Decreto nº 8.538/2015, bem como no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, os quais autorizam o afastamento do tratamento diferenciado quando:

- I – não houver competitividade efetiva entre fornecedores enquadrados como ME/EPP capazes de atender às exigências do certame; ou
- II – o tratamento diferenciado não se revelar vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto contratado.

4.8.7. Adicionalmente, o Parecer Referencial da Advocacia-Geral da União aplicável às contratações de medicamentos, insumos hospitalares e correlatos orienta que a Administração avalie o histórico de licitações anteriores, especialmente quando itens essenciais tenham resultado fracassados ou desertos em razão da aplicação da exclusividade ou reserva de cotas para ME/EPP, admitindo-se, mediante motivação técnica adequada, o afastamento da política pública prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

4.8.8. Considerando o histórico do Pregão nº 90019/2026, a essencialidade dos materiais para o funcionamento da Seção de Cirurgia Vascular, a necessidade de garantir ampla competitividade, economicidade, eficiência administrativa, continuidade da assistência hospitalar e mitigação do risco de novo fracasso do certame, opta-se pela realização da disputa em regime de ampla concorrência para todos os itens constantes deste processo, inclusive os itens 4 e 13.

4.8.9. A adoção da ampla concorrência visa ampliar o universo de fornecedores aptos à participação, aumentar a competitividade do certame e maximizar a probabilidade de obtenção de propostas válidas, exequíveis e vantajosas para a Administração, em observância aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa.

4.9. Possibilidade de renovação do quantitativo registrado em Ata de Registro de Preços (ARP)

4.9.1. Os materiais solicitados neste processo são de uso essencial e diário nos procedimentos de cirurgia vascular e endovascular, sendo indispensáveis à continuidade dos atendimentos e tratamentos realizados pela unidade de saúde.

4.9.2. A renovação da Ata de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, com manutenção do quantitativo inicialmente registrado, mostra-se necessária para garantir o abastecimento contínuo e evitar a deflagração de novas licitações, o que poderia ocasionar desabastecimento e prejuízos à execução dos serviços assistenciais.

4.9.3. A prorrogação e a renovação do quantitativo mostram-se vantajosas para a Administração Pública, uma vez que asseguram a aquisição dos itens por valores previamente estabelecidos e competitivos, conferindo economicidade, agilidade e regularidade no fornecimento dos materiais.

4.9.4. A vantajosidade da renovação será devidamente comprovada por meio de pesquisa de mercado, que demonstrará a manutenção da competitividade dos preços atualmente registrados na Ata de Registro de Preços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. Condições de Entrega

5.1.1. Prazos e local de entrega

5.1.1.1. O prazo de entrega dos bens que necessitam de apoio de instrumental ou equipamentos para implantação é de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do ato cirúrgico, contados do recebimento da Nota de Empenho acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento, no seguinte endereço: 12408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório.

5.1.1.2. O prazo de entrega dos bens que não necessitam de apoio de instrumental ou equipamentos para implantação é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento, no seguinte endereço: 12408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda a sexta-feira.

5.1.1.3. A emissão da Nota de Empenho, acompanhada da respectiva ORDEM DE FORNECIMENTO, constituirá o marco inicial para a contagem do prazo de entrega.

5.1.1.4. A ORDEM DE FORNECIMENTO será emitida por meio do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede (SUPER.GOV.BR), devidamente assinada pelo Chefe do setor requisitante ou seu substituto legal.

5.2. Entrega de equipamentos em regime de comodato

5.2.1. Nos casos em que o fornecimento dos insumos exigir a disponibilização de equipamentos em regime de comodato ou apoio técnico especializado, a entrega dos equipamentos deverá ocorrer previamente ou concomitantemente à entrega dos insumos, de modo a assegurar a plena execução do procedimento assistencial.

5.2.1. O comodato terá duração estritamente limitada ao período necessário à realização do procedimento assistencial correspondente, não implicando posse permanente, cessão continuada ou uso autônomo dos equipamentos pela Administração.

5.2.3. A entrega, instalação, testes operacionais e retirada dos equipamentos deverão ser previamente alinhadas com o setor requisitante, observadas as necessidades assistenciais e a programação cirúrgica.

5.2.4. Compete integralmente à contratada a manutenção preventiva e corretiva, calibração, substituição e suporte técnico dos equipamentos disponibilizados, sem qualquer ônus adicional à Administração.

5.3. Regras gerais de recebimento

5.3.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.3.2. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado uma única vez, mediante solicitação escrita e devidamente justificada do licitante, formulada antes do término do prazo original, e desde que formalmente autorizada pela Autoridade Competente. O período de prorrogação, quando concedido, não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias.

5.3.3. A contratada deverá iniciar a remessa dos materiais imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho e da correspondente ORDEM DE FORNECIMENTO, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.3.4. Caberá à Seção de Almoxarifado com o auxílio da SCOPME e do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos materiais conforme as especificações do edital.

5.3.5. O recebimento provisório e definitivo dos bens observará integralmente o disposto no Item 8 deste Termo de Referência, inclusive quanto aos prazos, condições, hipóteses de rejeição e demais procedimentos de verificação da conformidade do objeto.

5.3.6. O Item 5 disciplina exclusivamente as condições logísticas de entrega, não se aplicando, neste capítulo, qualquer detalhamento relativo aos prazos ou procedimentos de recebimento definitivo, os quais se regem integralmente pelo Item 8 deste Termo de Referência.

5.4. Validade dos produtos

5.4.1. Os Materiais de Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME) deverão apresentar, na data da entrega, prazo de validade mínimo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total estabelecido pelo fabricante, contado da data da entrega, devendo tal informação constar na embalagem original do produto.

5.4.2. Excepcionalmente, poderá ser admitido fornecimento com prazo de validade inferior ao estabelecido no item anterior, exclusivamente quando comprovada a indisponibilidade do produto com prazo regular no mercado nacional, mediante justificativa técnica formal do setor requisitante e assinatura obrigatória de termo de compromisso de troca, pelo qual a contratada se obriga a substituir o produto, sem ônus para a Administração, caso venha a vencer antes de sua efetiva utilização.

5.4.3. Aplica-se, para fins de exceção ao prazo mínimo de validade, exclusivamente o disposto no item 5.4.2 deste Termo de Referência.

5.5. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. No caso de disponibilização de equipamentos em regime de comodato ou apoio técnico especializado, o fiscal técnico deverá verificar: I – a conformidade do equipamento com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência;
II – a adequação do funcionamento e segurança operacional; III – a compatibilidade com os insumos fornecidos;
IV – o cumprimento das obrigações de instalação, retirada, manutenção e substituição.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.1. O fiscal técnico deverá verificar, no ato do recebimento, o prazo de validade remanescente dos produtos, certificando-se do cumprimento do percentual mínimo estabelecido neste Termo de Referência, bem como do eventual Termo de Compromisso de Troca, quando aplicável.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.*

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de até 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, mediante termo detalhado.

8.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.9. Nos casos em que o fornecimento do insumo estiver vinculado à disponibilização de equipamento em regime de comodato ou à prestação de apoio técnico especializado, o recebimento definitivo do objeto ficará condicionado à verificação objetiva do cumprimento integral das obrigações acessórias previstas neste Termo de Referência, compreendendo, no mínimo:

- I – disponibilização do equipamento no prazo acordado;
- II – adequação do equipamento às especificações mínimas exigidas;
- III – instalação e retirada conforme programação assistencial;
- IV – presença do suporte técnico quando exigido;
- V – inexistência de falhas técnicas que comprometam a regular execução do procedimento assistencial.

Parágrafo único. A verificação de que trata este item restringe-se ao cumprimento das obrigações contratuais acessórias, não abrangendo avaliação de resultado clínico do procedimento.

8.1.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. comprovação do atendimento ao prazo mínimo de validade estabelecido neste Termo de Referência, quando aplicável.

8.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.2.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.7.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.2.7.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.10. Persistindo a irregularidade, o Contratante poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, quando for o caso, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

8.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Cessão de Crédito

8.5.1 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.5.1.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.5.1.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.5.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.5.1.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.5.2. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito disciplinadas pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, ou por norma que venha a substituí-la, permanecendo tais operações por ela regidas.

8.6. Reajuste

8.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14 de maio de 2026.

8.6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (índice de preço ao consumidor amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critério de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Ato de Autorização de Funcionamento (AFE) para o exercício da atividade de comércio, distribuição, armazenamento, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (produtos para a saúde), expedido pela ANVISA para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa; e
- 9.14. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, nos termos do artigo 21 da Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Caso a licitante seja dispensada da Licença, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 996.231,90 (novecentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e um reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. poderão ser reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, quando aplicável;

10.2.4. poderão ser revistos os preços registrados, a pedido do interessado ou de ofício pela Administração, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto observando as condições e os prazos de validade exigidos no Termo de Referência.

4.1.1.1. Observar as regras relacionadas à necessidade de entrega de equipamentos em regime de comodato, bem como as demais obrigações acessórias estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEONARDO MARTINS MOTA DE MORAIS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 10:41:56.

MARCELO LOUZADA QUINTELLA FREIRE

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 12:16:33.

RENATO ROSA MORAIS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 09:07:10.